

John Austin e a filosofia analítica da linguagem

John Austin and analytic philosophy of language

Jaqueline Stefani

Doutora em Filosofia pela UNISINOS
Professora do Centro de Filosofia e Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS
jaquelinestefani@yahoo.com.br

Andreia Borba

Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul – UCS
andreaborba@gmail.com

Resumo

A filosofia analítica da linguagem compreende um período importante dentro da história da filosofia. Contemporaneamente, não é mais o *Ser* grego, nem o *Deus* medieval, tampouco o *Sujeito* da modernidade, mas sim a *Linguagem* o tema relevante no cenário filosófico. Algumas questões norteiam este trabalho, tais como: quais as características da filosofia analítica da linguagem? O que autores tão distintos como Frege, Wittgenstein, Austin, entre outros, têm em comum? E quais as diferenças mais significativas entre eles? Qual o papel de John Austin na filosofia analítica da linguagem? A constatação de que a maioria dos problemas filosóficos se deve a mal-entendidos e incompreensões geradas pela ambiguidade da linguagem natural parece ser uma característica comum aos autores desse período. Todavia, tanto a forma de análise da linguagem natural quanto a solução apontada para resolver tal problema diferem claramente nos autores. Ao que parece, a tradição analítica da linguagem pode ser considerada em dois movimentos: o primeiro com autores como Frege e Wittgenstein (*Tratado lógico-filosófico*) e o segundo com Wittgenstein (*Investigações filosóficas*) e Austin, o qual recebe um lugar de destaque neste texto por suas contribuições na análise da importância do contexto, da forma de uso, das intenções dos falantes, da gramática e das regras vigentes.

Palavras-chave: Filosofia analítica; Linguagem; Austin.

Abstract

Analytic philosophy of language comprehends an important period in the history of philosophy. At present the relevant theme in the philosophical scene is no longer the Greek *Being*, nor the medieval *God*, nor the *Subject* of modernity, but *Language*. These are the questions guiding this article: What are the characteristics of analytic philosophy of language? What authors as diverse as Frege, Wittgenstein and Austin, among others, have in common? And what are the major differences between them? What is the role of John Austin in analytic philosophy of language? The view that most philosophical problems are due to misunderstandings and incomprehension generated by the ambiguity of natural language seems to be a common feature of the authors of this period. However, both the form of analysis of natural language and the proposed solution to this problem clearly differ in them. Apparently the analytic tradition of language can be seen in two movements: the first one with authors such as Frege and Wittgenstein (*Logical-philosophical Treatise*) and the second one with Wittgenstein (*Philosophical Investigations*) and Austin, who occupies a prominent position in the article because of his contributions to the analysis of the importance of the context, its use, the speakers' intention, grammar and the rules.

Keywords: Analytic philosophy; Language; Austin.

Introdução

A filosofia analítica da linguagem surgiu de duas formas distintas como forte reação ao idealismo hegeliano e kantiano: primeiramente, como análise lógica da linguagem, movimento conhecido como *semântica clássica*, e, posteriormente, em um sentido distinto, como *filosofia da linguagem ordinária* (cf. Marcondes, 1989). A semântica clássica tomou forma com pensadores da escola analítica de Cambridge, como Frege (*Sobre o sentido e a referência*, publicado em 1892), Russell (*Teoria das descrições definidas*, de 1905, e *Da denotação*, de 1909), Wittgenstein (*Tratado lógico-filosófico*, publicado em 1921), além de Carnap e Schlick. Por sua vez, a chamada "filosofia da linguagem ordinária" conta, entre outros autores relevantes, com Wittgenstein (*Investigações filosóficas*, publicado postumamente em 1953), Austin (*Como fazer coisas com palavras*, publicado postumamente em 1962) e John Searle.

Algumas características são comuns às duas vertentes filosóficas. Para ambas, a maioria dos problemas filosóficos se deve a mal-entendidos, ambiguidades, equivocidades e incompreensões geradas por um descuido no uso correto da linguagem, seja compreendendo a palavra "correto" no sentido da eliminação de ambiguidades advindas da linguagem natural, seja no sentido de seguir as regras de um determinado jogo de linguagem. Uma análise da linguagem se faz necessária para a própria compreensão do processo do conhecimento, desde sua possibilidade até sua justificação, especialmente no âmbito da epistemologia e das próprias ciências. Outra característica comum é a constatação de que muitas proposições clássicas da história da filosofia são elucidadas através da análise da linguagem, tais como problemas correntes da metafísica especulativa. De certa forma, pode-se dizer arrazoadamente que a filosofia analítica da linguagem questionou a permissividade dos discursos, especialmente do discurso filosófico.

1 Questões e soluções da vertente denominada "semântica clássica"

A grande questão da semântica clássica era a fundamentação da ciência, e se servia-se, para tal, do recurso à lógica (em sentido amplo), abarcando o significado (semântica) e não só a validade formal (sintaxe), elementos necessários para a "justificação da possibilidade do conhecimento científico e da validade de uma determinada teoria científica" (Marcondes, 1989, p. 13). À filosofia caberia a tarefa do esclarecimento lógico da linguagem e da análise da correspondência (isomorfia) entre mundo e linguagem. Característica central desse movimento é o método de decomposição. Analisar a linguagem, nesse sentido, significa decompor sua estrutura (e seu referente no mundo) até seus constituintes mais simples e indecomponíveis (nível atômico). Para Wittgenstein, por exemplo, só é possível a atribuição de valor às proposições complexas se for possível verificar a correspondência (ou não) dos signos simples com os objetos simples.

A semântica clássica também se caracteriza pela crítica à imperfeição e ambiguidade da linguagem natural, propondo que esta seja traduzida para a linguagem lógica, unívoca e mais perfeita. Assim sendo, seria possível – e desejável – conceber um sistema perfeito de sinais que

permitisse pleno domínio do mundo objetivo; foi isso que, inicialmente, Leibniz – o predecessor da lógica contemporânea – pretendeu efetivar, em sua tentativa de conduzir o pensamento humano à univocidade conceitual.

Antes de Frege (*Sobre o sentido e a referência*) era comum que se tratasse do significado como algo equivalente ao objeto, daí sua marcante contribuição com a distinção entre sentido e referência. Para abordar o significado de determinada expressão, a noção tradicional de referência era insuficiente, especialmente se os nomes ou descrições definidas fossem diferentes, mas tivessem o mesmo objeto por referência – como no caso da atribuição de valor à proposição “A estrela da manhã é a estrela da tarde”. Segundo Frege, a linguagem expressa um sentido e tem uma referência. O sinal de identidade significa que a referência que ambas as descrições “A estrela da manhã” e “estrela da tarde” denotam é a mesma. A identidade é verdadeira, nesse caso, pois ambos os sinais se referem ao mesmo objeto, ainda que o sentido (seu modo de apresentação) seja diferente. No caso da identidade “A estrela da manhã é a estrela da manhã”, tanto o sentido expresso quanto a referência são os mesmos e tem-se, então, um exemplo do princípio de identidade, em que toda coisa é igual a ela própria, sendo este classificado como um juízo analítico, uma vez que seu valor de verdade independe da experiência. Já no caso anterior (“A estrela da manhã é a estrela da tarde”), tem-se que determinado astro que aparece em um tempo determinado é o mesmo astro que aparece em outro tempo determinado e, nesse caso, temos um conhecimento sintético *a posteriori*. Tal proposição traz um conhecimento novo, de “extensão valiosa” (Frege, 1978, p. 61), pois não é tautológica e tem valor cognitivo diferente do segundo (“A estrela da manhã é a estrela da manhã”).

A possibilidade de que se entenda o sentido de um nome ou de uma descrição definida, para Frege, não significa que para eles – sentido de um nome e descrição definida – exista, necessariamente, uma referência. Há casos em que não há uma referência correspondente ao sentido, mas, ainda assim, tal sentido pode ser compreendido. Todavia, as sentenças que não possuem referência não são passíveis de atribuição de valor, ou seja, a verdade ou falsidade dizem respeito à referência, mas nada impede, em princípio, que tais sentenças tenham sentido. A verdade e a falsidade dizem respeito à referência porque tal atribuição valorativa depende de uma correspondência entre o que é expresso pelas frases e os objetos reais ou os estados de coisas possíveis aos quais as frases se referem.

Em Wittgenstein (*Tratado lógico-filosófico*), a linguagem é composta de proposições complexas que se compõem de proposições atômicas. As proposições atômicas, por sua vez, são compostas de nomes. Por outro lado, o mundo é composto de fatos, os quais são compostos de estados de coisas possíveis, estados estes compostos de objetos. Ao desmembramento do primeiro corresponde o desmembramento do segundo. Para que a proposição seja verdadeira, deve haver uma correspondência entre a proposição e aquilo a que ela se refere. Deve haver, também, uma isomorfia entre linguagem e mundo, pois a forma lógica possível de uma proposição é a própria condição de sentido dela. A forma lógica da proposição deve corresponder à forma lógica do estado de coisas possível.

A lógica, tal como expressa no *Tratado lógico-filosófico*, é o próprio espelho cuja imagem é o mundo; “a imagem concorda com a realidade ou não; é correcta ou incorrecta, verdadeira ou falsa” (Wittgenstein, 2002, p. 38). O que garante a perfeita adequação entre a proposição atômica e o estado de coisas possível é a equivalência entre o signo simples e o objeto simples, que se encontram no nível transcendental; “qualquer linguagem capaz de descrever a realidade deve ser governada pela sintaxe lógica, que é uma ‘imagem especular do mundo’” (Glock, 1998, p. 55). É no nível transcendental (lógico) que se encontra a adequação, o *espelhamento* entre proposição e fato.

No *Tratado lógico-filosófico*, Wittgenstein estava preocupado com a linguagem como um instrumento de dizer o que é possível de se dizer; “o método correcto da filosofia seria o seguinte: só dizer o que pode ser dito” (Wittgenstein, 2002, p. 141). Segundo Wittgenstein, e para isso ele escreve o *Tratado lógico-filosófico*, apenas proposições que afiguram a realidade podem ser ditas, e somente as que afiguram o mundo podem ser verdadeiras. Proposições acerca da relação entre linguagem e realidade (ou da relação entre proposições e fatos, ou proposições elementares e estados de coisas possíveis) são contrassensos ou absurdas, pois não têm referência e não constituem um estado de coisas; considerando que ter um sentido é expressar um estado de coisas possível, “podemos mostrar a forma lógica que possibilita representarmos a realidade. Porém ela, por sua vez, não é representável, ela é o pressuposto da linguagem” (Stein, 1994, p. 7). Todas as proposições que falam de metalinguagem, metafísica, epistemologia, etc., não podem, nesse sentido, ser expressas, coisa que o próprio Wittgenstein faz no *Tratado lógico-filosófico*, daí a obra ser considerada por ele *metafísica*. Nesse sentido, a obra seria uma propedêutica acerca do que se pode ou não dizer e a última a expressar coisas que, depois dela, não se poderiam expressar.

As proposições expressas no *Tratado lógico-filosófico* são absurdos esclarecedores, absurdos porque falam de coisas das quais não se pode, a rigor, falar (segundo a própria teoria ali expressa), e esclarecedores da grande distinção operada por Wittgenstein entre dizer e mostrar; “o que é de todo exprimível, é exprimível claramente; e aquilo de que não se pode falar, guarda-se em silêncio” (Wittgenstein, 2002, p. 27). Assim, segundo Wittgenstein, há coisas que simplesmente se mostram, mas não podem ser expressas com sentido e/ou pretensão de verdade na linguagem. As proposições tractarianas conduzem o leitor a perceber os limites da linguagem – e o absurdo das próprias proposições nele expressas – e, conseqüentemente, do mundo. À filosofia cabe demonstrar que as proposições metafísicas são inautênticas, pois não têm conteúdo descritivo.

2 Questões e soluções da vertente denominada “filosofia da linguagem ordinária”

A passagem dos primeiros analíticos do século XX (semântica clássica) para a filosofia da linguagem ordinária acarretou novos critérios de análise da linguagem, não mais baseados na

lógica e na noção da correspondência, mas na compreensão da linguagem como *ação*. O objetivo da filosofia da linguagem ordinária não era criar uma linguagem perfeita, mas analisar as características, os critérios e a forma de uso da linguagem ordinária, para só então esclarecer os problemas filosóficos. Wittgenstein, com as *Investigações filosóficas*, contribuiu para esse movimento analítico especialmente com as noções de significado como *uso* da linguagem e com a teoria dos *jogos de linguagem*. A análise tem, como para a semântica clássica, o sentido de elucidar e esclarecer a linguagem, mas, diferentemente desta, tal esclarecimento não se refere a tornar explícita a estrutura lógica subjacente.

Wittgenstein percebeu que tanto o sujeito quanto o predicado necessitavam do contexto de uso para atingirem sua significação, isto é, as palavras dependeriam, em última instância, de um contexto de "relações" – atuais ou possíveis. Nas *Investigações filosóficas*, Wittgenstein criticou toda a tradicional teoria sobre a linguagem, inclusive sua própria concepção expressa no *Tratado lógico-filosófico*; afinal, pode-se fazer muito mais com a linguagem do que designar coisas já apreendidas pelo pensamento. Nos termos de Manfredo Oliveira, "a teoria objetivista da linguagem tem, pois, caráter 'reducionista', uma vez que reduz todas as funções da linguagem a uma única" (Oliveira, 1996, p. 127). O objeto de investigação de Wittgenstein deixa de ser uma suposta linguagem ideal para se tornar o uso situacional que os homens fazem da linguagem. O uso adequado da linguagem é verificado pelo contexto no qual se usa e por um acordo linguístico preestabelecido em uma determinada comunidade; "as expressões linguísticas têm sentido porque há hábitos determinados de manejar com elas, que são intersubjetivamente válidos" (Oliveira, 1996, p. 141).

Da pergunta: *o que é a linguagem?* Wittgenstein passa para a pergunta: *como se usa a linguagem?* O filósofo conclui que o modo primário em que a linguagem acontece é o uso, o modo pragmático, dado que a linguagem é um fenômeno público; "quando falo da linguagem (palavra, frase, etc.) devo falar a linguagem do cotidiano" (Wittgenstein, 1975, p. 59). Em cada circunstância joga-se um jogo de linguagem e cada palavra utilizada para referir-se a alguma coisa forma-se por características mais ou menos comuns que se sobrepõem numa "[...] rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjunto e de pormenor" (Wittgenstein, 1975, p. 43). Desse modo, não há uma essência da linguagem, pois esse jogo compreende a circunstância, as pessoas que estão envolvidas, a situação. Ao perguntar-se pelo uso da linguagem, abandona-se a noção de essência:

Quando os filósofos usam uma palavra – 'saber', 'ser', 'objeto', 'eu', 'proposição', 'nome' – e procuram apreender a essência da coisa, deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em que ela existe? – Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano (Wittgenstein, 1975, p. 59).

O Wittgenstein tardio considerou a linguagem humana uma forma de atividade social. Todavia, foi Austin quem sistematizou essa nova concepção de análise da linguagem ao inseri-la num contexto de ação.

3 A contribuição de Austin para a filosofia analítica da linguagem

Com Wittgenstein (*Investigações filosóficas*), a noção de *uso* passa a ser o critério norteador na determinação do sentido de determinadas expressões e a linguagem passa a ser, fundamentalmente, uma ação social. Tais teses são também defendidas por Austin. Entretanto, Wittgenstein não tratou de forma sistematizada de tais temas, daí a importância de Austin para a filosofia analítica da linguagem ser a articulação de uma teoria da estrutura da linguagem.

John Austin nasceu em 1911, em Oxford, e faleceu em 1960. Todos os seus escritos foram publicados postumamente. *How to do things with words* foi publicado em 1962 e trazia a reunião de conferências proferidas em meados de 1955. O problema central do qual Austin parte nestas conferências surge da constatação de que o conceito de *declaração* (*statement*) foi reduzido pelos filósofos em geral a tipos de sentenças que descrevem um estado de coisas ou declaram um fato: se descreve o fato adequadamente, a sentença é verdadeira; do contrário, é falsa. Todavia, diz Austin, há proferimentos que: i. possuem todos os requisitos necessários às sentenças declarativas; ii. mas não descrevem fato algum; iii. nem podem ser verdadeiros ou falsos; e iv. cujo proferimento é a realização de ação.

Austin propõe, inicialmente, que chamemos tais proferimentos de *performativos*. A partir de alguns exemplos, tais como: "Aceito esta mulher como minha legítima esposa"; "Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth"; "Aposto cem reais como vai chover amanhã", percebe-se, inicialmente, que tais sentenças não descrevem algo e não podem ser consideradas nem verdadeiras nem falsas. Ao fazer um proferimento deste tipo – se certas condições forem cumpridas –. estamos realizando algo.

Desta forma, Austin introduz a distinção entre proferimentos performativos e constatativos: "emitir um proferimento constatativo (isto é, proferi-lo com uma referência histórica) é fazer uma descrição. Emitir um proferimento performativo é, por exemplo, fazer uma aposta" (Austin, 1990, p. 25). Os proferimentos constatativos são aqueles sujeitos à verdade ou falsidade, pois descrevem ou relatam algo. Os performativos, por outro lado, são aqueles sujeitos à felicidade (*happy*) ou infelicidade (*unhappy*) e se caracterizam por fazerem algo, realizarem uma ação.

Para que um proferimento performativo seja *feliz* ou exitoso, algumas condições devem ser satisfeitas:

- (A.1) Existência de um procedimento convencionalmente aceito que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias;
- (A.2) As pessoas e circunstâncias devem ser adequadas ao procedimento;
- (B.1) O procedimento deve ser executado por todos os participantes e de modo correto e
- (B.2) Completo.
- (C.1) Os participantes devem ter pensamentos, sentimentos e intenções de acordo com aquilo que proferem e ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada (sinceridade);
- (C.2) Os participantes devem realmente conduzir-se dessa maneira (coerência).

Se transgredirmos alguma regra do tipo *A* ou *B* (ou seja, se a sentença é proferida de modo incorreto ou se as pessoas não estão em posição de realizar o ato, p. ex. se já são casadas

ou a pessoa que realiza o casamento não tem poder para tal), então o ato em questão não se realiza com êxito, não é concretizado. Austin nomeou tais casos de *atos malogrados*. A diferença entre as regras de tipo *A* e *B* reside no fato de que, “no caso de *A*, trata-se da não existência de tal procedimento; no caso de *B*, de sua falsa aplicação” (Oliveira, 1996, p. 155).

Entretanto, se transgredirmos alguma regra do tipo *C*, como proferir “Meus pêsames” a alguém em um velório, dito quando não se tem qualquer sentimento de solidariedade com a dor do interlocutor, ou ainda proferir “Eu o declaro inocente” quando penso que é culpado, ou então proferir “Prometo que pagarei a dívida amanhã” sem ter a intenção de cumprir a palavra, em qualquer desses casos o ato é concretizado, ainda que seja um desrespeito ao procedimento. Austin nomeou tais casos de *abusos*. Nesses casos, “dizemos então que o ato não é nulo, embora seja infeliz” (Austin, 1990, p. 47).

Por meio da distinção entre dois tipos de enunciados, os performativos e os constatativos, Austin percebeu que, nos performativos, o simples ato de enunciar equivale a concluir e assumir aquilo que foi enunciado. A promessa é um exemplo paradigmático desse tipo de enunciado, pois dizer “eu prometo” é prometer efetivamente. Esse comprometimento não ocorre, aparentemente, no enunciado constatativo, pois este somente descreve algo, como a expressão “ele prometeu”.

Todavia, após realizar a distinção entre os proferimentos constatativos e performativos, Austin percebe que algumas coisas restam duvidosas e obscuras e que, dessa forma, tal distinção fica carente de fundamento. Muitas vezes a mesma sentença, em contextos distintos, pode ser um proferimento performativo ou um constatativo e não há critérios de ordem gramatical para elaborar tais distinções inequivocamente. O fato de que os performativos necessitam, para serem felizes, que certas declarações que os compõem sejam verdadeiras é outro ponto que obscurece a distinção: “Se o proferimento ‘peço desculpas’ é feliz, então a declaração de que estou pedindo desculpas é verdadeira” (Austin, 1990, p.57). Outro fato é o de que os proferimentos constatativos também podem ser felizes ou infelizes e não apenas verdadeiros ou falsos: “As considerações de felicidade e infelicidade podem infectar as declarações (ou algumas delas) e as condições de falsidade e verdade podem infectar performativos (ou alguns deles)” (Austin, 1990, p. 59). Assim, a linha divisória anteriormente estipulada entre constatativos e performativos, após uma crítica severa de seus critérios internos (proferimento verdadeiro *versus* proferimento feliz), perde sua pretensa nitidez e precisão.

Partindo destes problemas, Austin (a partir da *VIII Conferência*) estabelece uma nova distinção, remontando ao fundamento da distinção anterior, inscrevendo a linguagem no mesmo plano da ação e grifando a existência dessa junção em três tipos de atos: o ato locucionário, o perlocucionário e o ilocucionário. Um proferimento determinado pode ter três dimensões diferentes de atos de fala. A expressão “aí há um buraco” constitui um ato locucionário, é o ato de dizer, de predicar; é a expressão fonética de uma frase com determinado sentido e referência; porém, se ao dizer isso se pretende fazer uma advertência, informar, ordenar, comprometer-se, etc., então se realiza, também, um ato ilocucionário, que é “a realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato *de* dizer algo [locucionário]” (Austin, 1990, p. 89). O ato ilocucionário consiste naquilo que o orador *faz* falando e envolve, portanto, a intenção do falante

de que algo aconteça. Se, por outro lado, se tem uma intenção que não está expressa na frase e através dela se pretende causar alguma disposição especial no ouvinte, causar certos efeitos sobre os seus pensamentos ou sentimentos, convencendo-o ou persuadindo-o de algo, então se está realizando não só um ato locucionário e um ato ilocucionário, mas, primordialmente, um ato perlocucionário. Neste caso, para ser considerado um ato perlocucionário é indispensável que o agente tenha a intenção de realizar tal ação e de obter tais efeitos.

A grande distinção entre um ato ilocucionário e um perlocucionário é que no primeiro os efeitos são convencionais (por exemplo, quando alguém promete algo, ele fica comprometido a cumprir a promessa) e no segundo não. É importante destacar que tanto o ato ilocucionário quanto o perlocucionário podem ocorrer ainda que não seja dita uma única palavra (por exemplo, apontar um revólver para a cabeça de alguém pode corresponder a uma ameaça). Essa relação entre locucionário, perlocucionário e ilocucionário nos remete ao fato de os atos de discurso serem, eles mesmos, ações e os locutores, agentes.

A primeira distinção de Austin entre constatativos e performativos perde força significativa quando comparada à segunda, pois a distinção entre dizer e fazer resta, ao término do livro, abolida. Todo proferimento é a realização tanto de uma locução quanto de uma ilocução. Além disso, a característica de *feliz* ou *infeliz* pode ser atribuída não só aos performativos, mas também aos constatativos, levando-se em conta tanto as regras do tipo *A* e *B* quanto as do tipo *C*. Através dessa introdução da dimensão da ação na linguagem, pretende-se que, em todo ato de fala, em toda locução, faz-se presente uma ação, um ato ilocucionário, pois "a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e [...] as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto 'explicadas' pelo 'contexto' em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca linguística" (Austin, 1990, p. 89).

De todo o modo, há que se deslocar o foco de análise da sentença para o ato de um proferimento numa situação linguística específica, e, ao fazer isso, percebe-se claramente que toda declaração é a realização de uma ação. A análise do contexto e das intenções do falante é imprescindível não só na verificação de um proferimento ter sido feliz ou não, mas também na verificação da verdade e falsidade atribuídas às sentenças:

[...] "verdadeiro" e "falso", como "livre" e "não livre", não designam, de forma alguma, algo simples. Tais palavras só representam uma dimensão geral de que, nas circunstâncias dadas, em relação a um determinado tipo de ouvinte para certos fins e com certas intenções, o que foi dito era adequado ou correto, em oposição a algo incorreto (Austin, 1990, p. 119).

A não contradição, princípio clássico que, até então, deveria guiar todas as declarações,¹ é, com Austin, estendido aos performativos no sentido de que "é e não é" (contradição) é semelhante a "prometo, mas não devo fazer o que prometo"²:

¹ Várias são as passagens na *Metafísica* em que Aristóteles apresenta tal princípio, e o Livro Γ contém, de forma especial, uma exaustiva discussão sobre ele. A primeira formulação, encontrada em Γ 3, 1005b 15-20, é ontológica, pois expressa que ou algum atributo pertence a um determinado sujeito, ou não pertence. A segunda formulação é encontrada em Γ 3, 1005b 20 e envolve o aspecto da crença ou da concepção do sujeito. Essa formulação é tida nas análises clássicas como uma formulação psicológica, exatamente por

Pode ocorrer, nos casos de implicação lógica, que a maneira pela qual uma sentença implica outra seja semelhante à maneira pela qual “Prometo” implica logicamente “Devo”. Não é exatamente o mesmo, mas há uma semelhança em ambos os casos. [...]. Assim como o propósito de uma asserção se frustra devido a uma contradição interna [...] o propósito de um contrato também se frustra se disser “Prometo, mas não devo fazer o prometido” [...]. Trata-se de um procedimento que anula a si próprio (Austin, 1990, p. 56).

Uma consequência da análise de Austin é que a clássica linha divisória entre normativo e descritivo torna-se tênue demais, pois os critérios de distinção não dão conta de uma classificação segura. Isso porque: i. declarações podem estar sujeitas à felicidade e infelicidade tanto quanto os performativos; ii. os performativos dependem, em última instância, da verdade de declarações para que possam ser consideradas felizes ou infelizes.

Considerações finais

Austin, principal expoente do segundo movimento analítico da linguagem, propôs como primeira tarefa da filosofia o esclarecimento da linguagem cotidiana para a solução de problemas filosóficos. Na filosofia da linguagem, o que se percebeu com clareza – a partir da década de 70 – foi que uma análise que não levasse em conta a ação do sujeito falante, ou seja, a relação contextual que engloba os sujeitos do discurso, não daria conta de todas as implicações necessárias à análise linguística. Desse modo, tal análise consolidou-se como lugar profícuo e promissor de um modelo mais amplo que atentasse para o sentido e validade do todo ato dialogal

envolver um ato psíquico de convicção, crença ou concepção humana sobre o fato. A terceira formulação é encontrada em Γ 3, 1005b 25 e remete a um condicional, em que a condição para a impossibilidade da crença ou concepção é a impossibilidade ontológica. A quarta proposição é encontrada em Γ 4, 1006a 1-5 e é mais simples e mais clara que as anteriores, expressando a impossibilidade, para uma mesma coisa, ser e não ser ao mesmo tempo. Tal proposição é encontrada novamente no livro K (5, 1061b 35) da *Metafísica*. As duas últimas formulações encontradas na *Metafísica* sobre o princípio estão no nível da proposição e, portanto, no âmbito lógico e linguístico, ainda que seja sempre o âmbito ontológico que as sustente. Elas se encontram em Γ 4, 1008a 30-35 e em Γ 6, 1011b 20 e expressam que é impossível que a afirmação e a negação sejam verdadeiras ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, pois se a afirmação é verdadeira, então a negação será falsa e vice-versa. Percebe-se que, de modo geral, o princípio da não contradição refere-se ao fato de que ou algo é ou não é, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. O princípio não pode ser demonstrado (a não ser por redução ao absurdo), mas é condição necessária a qualquer um que queira demonstrar algo, tendo em vista que quem não admitir esse princípio se contradiz e, conseqüentemente, nada demonstra. E mais, quem não aceita o princípio da não contradição não só não pode demonstrar coisa alguma, mas fica impossibilitado de dizer qualquer coisa com sentido.

² Lukasiewicz (2000) é um dos pensadores que desenvolve uma tese interessante sobre a natureza do princípio da não contradição: o princípio da não contradição não tem, em última instância, valor lógico nem ontológico, mas ético. Em uma primeira leitura da obra, parece que o objetivo de Lukasiewicz é criticar o princípio da não contradição aristotélico. Isso porque, segundo o autor, tal princípio não se justifica nem lógica e nem ontologicamente, tendo em vista que as contradições são não só possíveis, mas interessantes tanto na lógica quanto na matemática (por exemplo, o paradoxo da teoria dos conjuntos de Russell). Todavia, em uma leitura mais atenta, percebe-se que, para Lukasiewicz, há a necessidade de tal princípio, mas ela é uma necessidade prática e não lógica, e concerne à natureza humana. Segundo Lukasiewicz, a convivência humana ficaria seriamente comprometida sem o princípio de não contradição, muito mais que a lógica ou a metafísica: “[o princípio de não contradição] possède une valeur pratique et éthique considérable, dans la mesure où il constitue l’unique arme contre l’erreur et le mensonge” (2000, p. 184). Dessa forma, não há apenas uma crítica ou uma destruição do princípio aristotélico, mas a recolocação do problema em outro âmbito, o âmbito ético, que, para o filósofo polonês, seria igual ou superior ao lógico.

e que fosse, por isso mesmo, o pressuposto necessário, a condição de possibilidade desse sentido e dessa validade.

Após as análises de Austin e do segundo Wittgenstein, o significado de uma sentença passa a ser estabelecido – sempre de forma provisória – pelas condições e convenções de uso e pelas intenções do falante: o que as pessoas – jogando determinado jogo de linguagem – querem dizer quando dizem o que dizem? A busca pela clarificação da linguagem passa a ter o sentido de busca pela explicitação de suas regras gramaticais presentes, seja em diferentes *jogos de linguagem*, seja em diferentes *atos de fala*.

A tarefa da filosofia, nesta nova vertente, passa a ser a investigação dos problemas filosóficos (inclusive éticos) através da análise linguística dos conceitos utilizados em tais áreas e da forma como ocorrem na linguagem ordinária. Para se determinar o significado e esclarecer os termos em questão, há que se levar em conta *quem fala, a quem se fala, como se fala, quais as convenções* nesse caso de fala, além de *o que se fala*. Daí a importância do contexto, da forma de uso, das intenções dos falantes, da gramática e das regras vigentes, e não apenas da estrutura formal da linguagem.

Referências

Artigos de periódicos:

STEIN, S. 1994. O tratamento tractariano da referência. *Fragmentos de Cultura*, 4(8):21-33.

Livros:

ARISTÓTELES. 1998. *Metafísica*. Edición trilingüe griego/latín/español por Valentín García Yebra. 3ª reimpressão. Madrid, Gredos.

AUSTIN, J. 1990. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes Médicas, 136 p.

FREGE, G. 1978. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 157 p.

GLOCK, H. 1998. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 398 p.

LUKASIEWICZ, Jan. 2000. *Du principe de contradiction chez Aristote*. Paris, L'Éclat.

OLIVEIRA, M. 1996. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo, Loyola, 427 p.

WITTGENSTEIN, L. 1975. *Investigações filosóficas*. São Paulo, Abril Cultural, 226 p.

WITTGENSTEIN, L. 2002. *Tratado lógico-filosófico*. Trad. M. S. Lourenço. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 158 p.

Capítulos de livros:

MARCONDES, D. 1989. Duas concepções de análise no desenvolvimento da filosofia analítica. In: M. CARVALHO (org.), *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas, Papirus, p. 11-39.